

## O socialismo (é) possível

*Eleutério F. S. Prado<sup>1</sup>*

Escrevo essas linhas sob o impacto das palavras de Michael Löwy na entrevista dada ao *Jornal Sem Terra*, em dezembro de 2006, sob o título “Por um socialismo latino-americano no século 21”:

“Se o problema é buscar uma alternativa ao capitalismo, se coloca novamente a questão do socialismo. Socialistas e marxistas precisam pegar a bandeira do socialismo do século 21 e levar para o debate da esquerda e dos movimentos sociais. Temos que colocar a perspectiva do socialismo, sabendo que não virá amanhã, mas como uma forma de alimentar as nossas lutas atuais que são bastante concretas e imediatas.”

Aconteceram abalos revolucionários na América Latina já desde os anos 20 e 30 do século XX – por exemplo, com a inesquecível Revolução Cubana em 1959 –, mas é na entrada do século XXI que vem ocorrer aí um movimento rumo à esquerda de larga amplitude geográfica, o qual, entretanto, nem sempre tem assumido um caráter radical. Em reação ao avanço das políticas neoliberais que agravaram os problemas sociais da América Latina – desemprego, pobreza, exclusão, etc. –, surgiram nos últimos dez anos diversos governos que se apresentam como de esquerda no cenário político da região. Se, por um lado, tais governos não podem deixar de serem compreendidos como expressões das lutas e das insatisfações das grandes massas de explorados, por outro, é preciso ver que nem sempre eles podem ser vistos como alavancas das transformações sociais que seriam necessárias para atender as expectativas emergentes. Ao contrário, frequentemente, eles recorrem a combinações oportunistas de discursos de esquerda com a implantação de mudanças superficiais com o objetivo implícito de conter transformações mais profundas, as quais poderiam efetivamente abalar o poder das burguesias nessa parte do continente americano.

É por isso que se torna urgente retomar a perspectiva do socialismo. Pois, as mudanças reais dependem de formas de auto-organização popular que assumem a necessidade de produzir transformações profundas nas estruturas sócio-econômicas da região. Como diz Löwy, o socialismo possível na América Latina precisa ser latino-americanizado, ou seja, ele precisa incorporar as experiências históricas operárias, camponesas, indígenas, etc. dos povos da região. Entretanto, é certo também que as lições dos grandes mestres do

---

<sup>1</sup> Professor da USP e membro do Complex. Correio eletrônico: eleuter@usp.br.

socialismo precisam também ser discutidas e revigoradas não só em si mesmas, mas também diante das experiências históricas de todos os povos que habitam o planeta Terra.

Aqui se busca dar uma pequena contribuição à discussão do socialismo a partir da obra madura de Karl Marx.

Uma das principais referências sobre o socialismo nas obras desse autor encontra-se na seção sobre o fetichismo da mercadoria no primeiro capítulo de *O Capital*:

“O reflexo religioso do mundo real somente pode desaparecer quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática, representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto dos homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa.”<sup>2</sup>

Esse trecho tão expressivo aparece – é preciso enfatizar – bem no início de *O Capital*, logo depois que Marx caracteriza as formas mercadoria e dinheiro. A demanda pelo socialismo surge, pois, em *O Capital* antes da apresentação da forma capital, da relação de capital e, assim, da subsunção do trabalho assalariado ao capital e da exploração. Ainda que os capítulos iniciais dessa obra tenham o propósito de apresentar a aparência mercantil do modo de produção capitalista, a referência ao socialismo na seção sobre o fetichismo não pode deixar de ser considerada bem significativa. A referida precedência mostra a importância que ele atribui à auto-realização do homem como sujeito histórico, livre e auto-determinado.

A primeira tarefa do socialismo seria, pois, suprimir o fetichismo e a alienação. E, nesse sentido, por extensão, ele não poderia deixar de vir para suprimir também outros véus nebulosos, tais como a liderança carismática, o culto da personalidade, o Estado centralizador, etc. – os quais, como se sabe, manifestaram-se reiteradamente nos socialismos reais. Ainda que essa pareça ser uma conclusão quase óbvia, ela tem conseqüências bastante importantes para se pensar a sociedade futura possível no começo do século XXI.

---

<sup>2</sup> Karl Marx, *O Capital – Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Volume I, p. 76.

Note-se, antes de tudo o mais, que os véus nebulosos não são ocorrências menores ou triviais que tendem a desaparecer como fumaça, mas instâncias duradouras da sociedade cuja função vem a ser esconder formas de exploração e de violência inerentes às sociedades estruturadas com base em classes sociais. Eis que essa simples consideração parece repisar o óbvio da perspectiva marxista, mas na verdade ela obriga os socialistas a refletir sobre as síndromes da história recente originadas dos esforços de fazê-la com consciência e deliberadamente. Ela lança, pois, uma poderosa luz sobre os socialismos reais.

Se o movimento revolucionário vem a ser de supressão da relação de capital para instaurar a relação de Estado, isto é chegar ao socialismo? Sob tal luz, é possível compreender o socialismo real e o “estado socialista” como o estabelecimento de uma estrutura social em que a relação de capital é simplesmente substituída pela relação de estado como instância mediadora das relações econômicas e sociais na sociedade revolucionadas. Sampaio e Frederico, em *Dialética e Materialismo*, resumem assim as melhores conclusões que se pode tirar dessa experiência histórica:

“Contrariando o esperado pelos clássicos marxistas, o Estado não desapareceu junto a propriedade particular dos meios de produção, mas a substituiu, colocando-se no centro das relações de produção. Deste modo, o Estado socialista real deixou de ser, como no capitalismo clássico, um complemento da superestrutura destinado a garantir a ordem jurídica, que expressa as relações econômicas; passou a integrar a infra-estrutura, as relações de produção, determinando assim a formação de uma nova sociedade onde a ausência da propriedade privada modifica as relações entre a economia, o direito e o Estado. Este, como mediador e organizador da vida econômica, perde o seu antigo papel de instrumento superestrutural dos interesses econômicos privados. Forma-se, assim, uma sociedade que se presumia ser um ente de vontade racional, um sujeito predominantemente político e, por isso, próximo ao da concepção hegeliana de Estado”<sup>3</sup>.

Marx refere-se no texto citado à base material necessária para superar a alienação e o fetichismo. Aqui é preciso lembrar que as revoluções orientadas pelo socialismo ocorreram em nações muito atrasadas do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas. E que, por isso, tiveram de enfrentar a tarefa imediata de promover a sua base tecnológica, o crescimento, a industrialização, etc. Diante do desafio, a opção estratégia recaiu sempre sobre centralização das decisões e o comando estatal de todo o processo produtivo. Penso que as economias pós-capitalistas, em geral, acabaram criando antes um

---

<sup>3</sup> Benedicto A. Sampaio e Celso Frederico, *Dialética e materialismo – Marx entre Hegel e Feuerbach*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006, p. 44 -45.

modo estatal de produção do que uma base econômica socialista. Este modo estava fundado numa relação de produção que pode ser caracterizada como relação de fundo de acumulação. Nessa relação, o trabalho encontrava-se também subsumido formal e realmente a um poder objetivo, por meio da mediação das formas concretas assumidas pelo fundo de acumulação. Havia exploração do homem pelo homem e a alienação nunca deixou de existir ainda que sob outras formas.

A experiência histórica mostrou – penso – que objetivo do socialismo tem de ser criar desde o início uma economia para o homem e não um novo homem para um sistema de acumulação transformado em fim em si mesmo. O socialismo requer – é também o que penso – que o homem como ser genérico e individual seja posto desde o princípio como sujeito do processo. A experiência histórica dos socialismos reais recomenda que se pense de novo o problema da relação da reorganização da esfera econômica na nova sociedade com os olhos bem abertos para a questão da alienação, para além da alienação e do fetichismo mercantil que vigem na economia mercantil realmente existente. A tarefa é complexa, mas aqui se o enfrenta parcialmente começando por uma releitura do trecho citado de *O Capital*. Há vários termos nesse trecho que requerem investigação.

Marx diz aí que o socialismo requer a instauração de relações racionais entre os homens e com a natureza. Porém, como compreender o termo razão aí empregado? Deve-se apreendê-lo como razão iluminista? Adorno e Horkheimer em a *Dialética do Esclarecimento* já não nos alertaram sobre os perigos desse racionalismo que pensa o homem como senhor e dono da natureza: “No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e investi-los na posição de senhores. Mas a terra completamente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal”<sup>4</sup>. Logo, é preciso pensar que se trata de uma razão sensível que respeita as diferenças entre os homens e as diferenças entre os homens e a natureza e que se orienta, não pela dominação, para pela convivência e pela coexistência entre as diferentes formas de vida humana e não-humana. Nesse caso, o socialismo passa a exigir intrinsecamente, como parte de si mesmo, a ecologia e a democracia – mas não uma democracia qualquer. Esta não pode ser apenas o complemento da propriedade privada e do mercado soberano, pois precisa ir além daquela existente atualmente, a qual preserva certos direitos, mas também encobre a dominação da burguesia sobre os trabalhadores em geral.

---

<sup>4</sup> T. W. Adorno e M. Horkheimer, *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 19.

O trecho de Marx fala em uma sociedade formada por homens livremente socializados que vem a ser, também, uma sociedade planejada. E aqui se impõem novamente, diante da experiência histórica, algumas questões cruciais. Uma sociedade formada por homens livremente socializados é compatível com o planejamento centralizado? Este último não seria justamente uma expressão extrema da razão iluminista na sua vã tentativa de submeter tudo ao controle tecnológico e administrativo? O planejamento centralizado não estaria intimamente ligado à falta de liberdade e mesmo ao despotismo em alguns países ditos socialistas?

Antes de mais nada, é preciso mencionar que o planejamento centralizado, enquanto princípio de regulação dos intercâmbios econômicos na sociedade, vem a ser algo impossível de ser realizado em sua plenitude. O desenvolvimento da teoria da complexidade tem mostrado que os sistemas complexos em geral – ou seja, aqueles que envolvem grande número de interações qualitativamente diversas e que não guardam proporção linear entre causa e efeito – dependem fundamentalmente de princípios de auto-organização que operam circunscritamente com base em conhecimento gerado localmente e de forma continuamente renovada. Em consequência, a centralização possível do processo econômico será sempre limitada. A tentativa de implementá-la em graus elevados está condenada ao fracasso.

Se a centralização do processo econômico pode ter consequências políticas indesejadas, incompatíveis mesmo com a aspiração de que as relações sociais se tornem razoavelmente racionais e transparentes, e se, ademais, a sua efetivação técnica é altamente problemática, como pensar então o planejamento? Ouso afirmar aqui que é preciso pensar numa forma de organização econômica em que o planejamento global tenha um papel restrito de determinar apenas os grandes rumos da vida econômica e que deixe a efetivação da produção, da distribuição e do consumo para as formas descentralizadas e espontâneas de organização social.

Antes de tentar mostrar os contornos dessa possibilidade, é preciso mencionar que a demanda política que a orienta. Pensando na experiência histórica que foi e tem sido muito mais terrível do que apenas “longa e penosa”, ouso admitir que a auto-realização do homem como sujeito histórico não pode ser transferida simplesmente para um futuro comunista bem distante ainda. Ela tem de ser um objetivo imediato da transformação social que atualmente possa vir a ocorrer. É preciso que exista um caminho entre a estatização completa da economia e o individualismo anarquista. Parece-me necessário, pois, levar muito a sério o caráter de livre dessa associação. Se não contiver o princípio da expansão da liberdade e da autodeterminação não pode ser socialista ou tendente ao socialismo. O princípio de que o socialismo é a sociedade em que o processo

da produção material se torna produto de homens livremente socializados tem de ser o alvo mais importante dos socialistas.

Marx pensa o socialismo como uma sociedade transparente. Isto é certo e faz sentido diante de sua obra como um todo. A crítica ao fetiche da mercadoria, à personificação das coisas, à reificação das pessoas e à falta de controle do processo econômico pelo homem individual atomizado – que se torna por isso mesmo função do movimento do capital –, requerem que a sociedade do futuro seja orientada conscientemente, tornando-se uma sociedade cristalina em alguma medida. Não há dúvida, pois, que a reprodução automática e em escala sempre ampliada do sistema econômico baseado na exploração tem de ser superada por qualquer sociedade que pretenda ir além do capitalismo.

Sobre a possibilidade de criar historicamente uma sociedade transparente, entretanto, julgo que Marx foi otimista demais. As dificuldades observadas na criação efetiva de sistemas econômicos alternativos ao capitalismo – assim como, os desenvolvimentos da economia, da sociologia e da psicologia, por exemplo – mostraram que a plena consciência sobre os modos de sociabilidade em geral é um sonho impossível. As relações sociais em geral, em quaisquer âmbitos, sempre se transfiguram pelas mais variadas razões – e não só por causa do exercício do poder e do comando de bens. Mas isto não requer, entretanto, uma aceitação passiva da alienação e da obscuridade do processo social.

A sociedade humana pode ser muito mais transparente do que as sociedades que existem ou existiram até o presente momento. Pode-se almejar, por exemplo, uma sociedade em que a luta pela transparência deixe de estar travada como no capitalismo e passe a ser uma constante da vida social. O conformismo diante do anonimato das distorções das relações sociais não se justifica. Se a sociedade cristalina não pode ser alcançada, a luta pela transparência pode e deve se tornar algo inerente à vida social – não podendo ser enxergada como uma batalha final que dá início a uma época totalmente translúcida da civilização humana. A sociedade socialista terá, pois, de liberar ao máximo o espaço da teoria crítica, da liberdade de palavra e de organização.

O principal ensinamento de Marx na sua obra econômica é que o capital é o sujeito do processo social no capitalismo, sujeito que domina, dita a lei e dá o rumo. O neoliberalismo de certo modo é desagradavelmente mais uma prova histórica de que Marx – e não Keynes, o keynesiano ou as tendências social-democráticas contemporâneas – sempre esteve certo quanto ao caráter dilacerador do capitalismo. Se a sujeição ao capital tem de ser superada, a sociedade do futuro tem de estar fundada, pois, num sistema produção consciente e planejado.

Hoje, entretanto, diante do desenvolvimento do conhecimento em especial da matemática experimental e da teoria da computação, é preciso reconhecer que existem limitações severas para o planejamento centralizado. Em consequência, o socialismo tem de ser capaz de combinar um planejamento central de grandes metas com uma realização local, descentralizada e autônoma da produção. A forma estatal de propriedade dos meios de produção tem também de ir sendo eliminada; mas enquanto existir precisa ser minimizada e combinada com outras formas sociais de propriedade coletiva. É apenas assim – creio – que “o processo social da vida” poderá se estabelecer efetiva e tendencialmente como “produto de homens livremente socializados”.

O modelo de socialismo que vem de Marx é incompatível com a forma mercadoria, com a forma dinheiro, com a relação de capital e com o Estado. E isto suscita uma questão: como a produção pode ser organizada de modo descentralizado, com razoável eficiência alocativa e distributiva, sem que se tenha uma economia mercantil governada pelo lucro? Este é, sem dúvida, o desafio. Para vencê-lo, creio que é preciso trabalhar na linha de investigação do que Michael Albert chama de economia participativa ou de economia de planejamento descentralizado<sup>5</sup>, sem a ilusão de que se possa abdicar da existência de sistemas auto-organizativos.

Nesse sentido, substituem-se largamente os sistemas mercantis que coordenam as decisões depois que a produção foi realizada por sistemas baseados de contratos de produção e consumo, os quais permitem o planejamento da produção de acordo com as necessidades efetivas da população de consumidores. Nessa economia socialista não há um lugar amplo nem para as mercadorias e nem para o dinheiro, mas há de algum modo preços que estabelecem as proporções segundo as quais os produtos são transferidos dos produtores para os consumidores. O sistema como um todo deve funcionar de tal forma que incentive a eficiência no uso dos recursos e a eficácia no alcance dos objetivos projetados socialmente.

Sem pretender substituir aqui o original pela cópia, para fechar essa nota, resumo as principais características desse socialismo que hoje só existe como possibilidade.

O capitalismo se baseia na propriedade privada dos meios de produção, na alocação dos insumos e dos produtos por meio do mercado e da divisão do trabalho que resulta da produção pela produção, ou seja, da produção como meio de valorização do capital. Em consequência, a repartição do produto gerado pelo

---

<sup>5</sup> Michael Albert, *Parecon – Life After Capitalism*. Londres: Verso, 2003. Esta linha de reflexão sobre o socialismo vem, como se sabe, de Rosa Luxemboug e passa por Cornelius Castoriadis. Deste último vale citar o seu *Socialismo ou barbárie – o conteúdo do socialismo*, São Paulo: Brasiliense, 1979.

trabalho social é feita de acordo com a propriedade: os capitalistas são remunerados de acordo com a grandeza de seus capitais e os trabalhadores de acordo com a potência manual ou intelectual de sua força de trabalho como mercadoria. O capitalismo, por isso – e isto é bem sabido, ainda que negado –, é uma sociedade de classes que fomenta a exploração do homem pelo homem, o individualismo, o comportamento predatório em relação à natureza. O socialismo, portanto, tem de abolir a propriedade privada dos meios de produção, tem de reduzir ao máximo o papel do mercado e precisa criar uma divisão do trabalho que respeita o desígnio da auto-realização humana para todos.

Ao invés da propriedade privada ou da propriedade estatal e burocrática, o socialismo se baseia na propriedade social responsável, coletiva, dos meios de produção. A forma social que efetiva esse tipo de propriedade e essa espécie de relação dos homens entre si e com o seu entorno natural-social são os conselhos democráticos. Essa forma de propriedade visa preservar os meios de produção do comportamento predatório, sem garantir quaisquer vantagens de posição ou remuneração para aqueles responsáveis pela sua utilização efetiva nos processos produtivos. A remuneração do trabalho produtivo deve ser feita de acordo com o esforço de cada um para o bem comum, levando-se em consideração os objetivos distributivos acordados democraticamente entre os participantes dos conselhos. Os conselhos serão, portanto, os principais veículos da tomada de decisão e do exercício do poder em todos os níveis da sociedade: nas pequenas, nas médias e nas grandes unidades de produção, na organização de cooperativas de consumo, na administração dos recursos naturais, das zonas residenciais, etc. Eles se regulam pelo princípio geral da discussão pública, da busca do consenso e da votação quando este último falha.

Nas palavras do próprio Albert, esse sistema implica numa “opção por um processo de tomada de decisão cooperativa que ocorre por meio de estruturas que asseguram aos atores sociais o direito de influir nos resultados que os afetam, assim como provê acesso às avaliações, treinamentos e fontes de confiança para desenvolver e comunicar as próprias preferências. Opta-se, portanto, por um modo de alocação de recursos por meio de conselhos participativos e de auto-gestão, com base em remuneração por esforço e sacrifício, sem que subsistam [...] as classes sociais.”<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Idem, p. 12.



